

Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio 2019

PODER DE COMPRA SUPERIOR À MÉDIA NACIONAL EM 32 DOS 308 MUNICÍPIOS

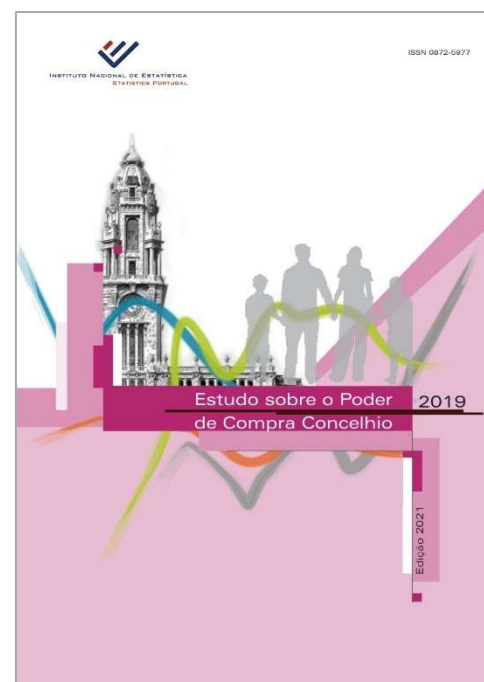
Em 2019 o poder de compra *per capita* manifestado nos municípios em Portugal era superior à média nacional em cerca de 10% dos municípios portugueses, maioritariamente localizados nas duas áreas metropolitanas de Lisboa (10 em 18 municípios) e do Porto (6 em 17) ou coincidentes com capitais de distrito.

Apenas 22 municípios concentravam 50% do poder de compra nacional. No conjunto, as duas áreas metropolitanas concentravam mais de metade (52%) do poder de compra, apesar de reunirem 45% da população do país.

O INE apresenta a 14ª edição do Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio relativo a 2019 (EPCC 2019) que tem como objetivo prestar informação ao nível do município que traduza o poder de compra manifestado nestes espaços geográficos.

Nesta edição, foram consideradas 16 variáveis relativizadas pela população residente (ver nota técnica no final destaque), que a partir de um modelo de análise fatorial em componentes principais, permitem gerar três indicadores de síntese:

- Indicador per Capita
- Percentagem de Poder de Compra
- Fator Dinamismo Relativo.



Indicador per Capita do Poder de Compra

O Indicador per Capita (IpC) do poder de compra pretende traduzir o poder de compra manifestado, em termos *per capita*, nos diferentes municípios ou regiões, tendo por referência o valor nacional (Portugal = 100).

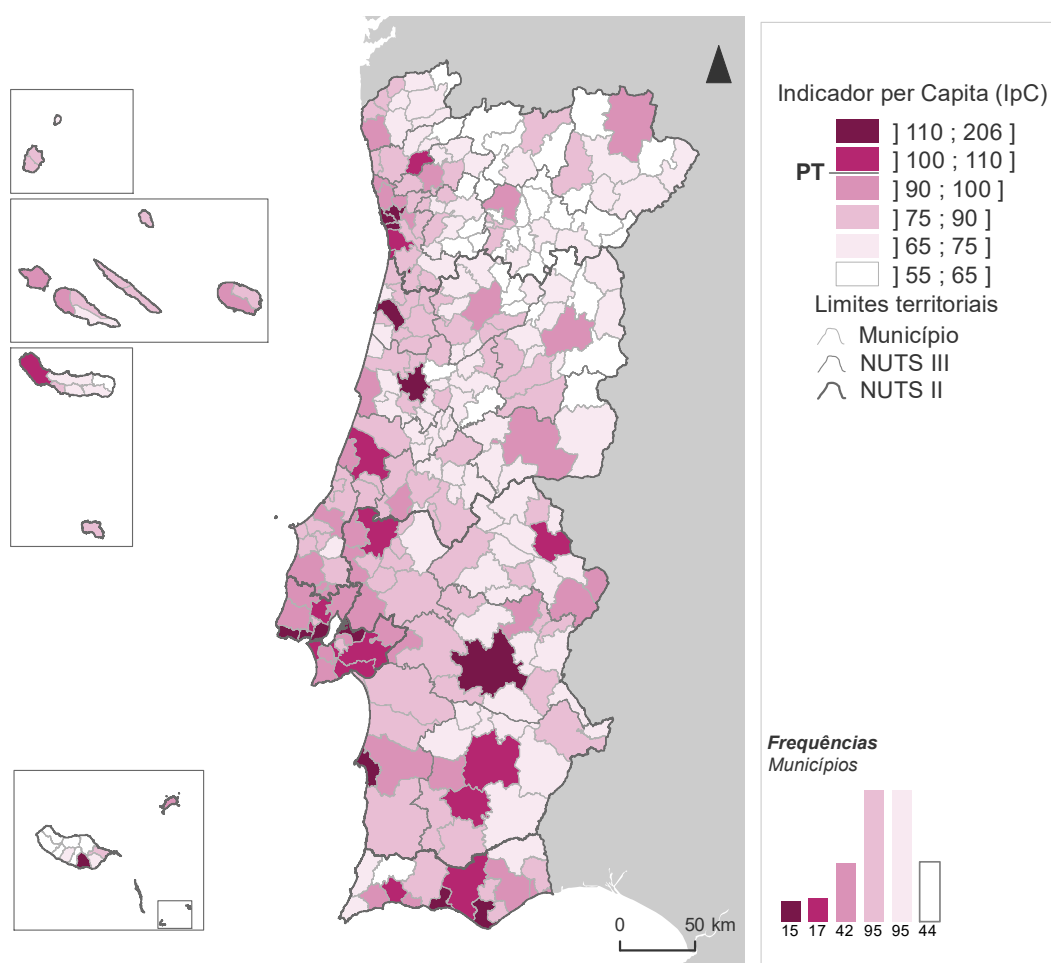
A leitura dos resultados do IpC para 2019 associa ao território continental um poder de compra superior ao observado nas duas regiões autónomas portuguesas: o valor atingia 100,6 para o Continente e era, respetivamente, de 88,0 e 87,7 para as regiões autónomas dos Açores e da Madeira. A Área Metropolitana de Lisboa (121,8) e o Algarve (100,8) constituíam as duas regiões NUTS II com valor acima do nacional.

Em 2019, em 32 dos 308 municípios portugueses o poder de compra *per capita* situava-se acima da média nacional, destacando-se os territórios metropolitanos de Lisboa e do Porto [Figura 1]. O município de Lisboa apresentava o IpC mais elevado (205,62), sendo o único município a mais do que duplicar o índice nacional. Nas 15 primeiras posições correspondentes a um IpC superior a 110, encontravam-se ainda mais três municípios da Área Metropolitana de Lisboa – Oeiras (153,13), Alcochete (119,79) e Cascais (117,95) – e quatro da Área Metropolitana do Porto: Porto (154,02), Matosinhos (130,63), São João da Madeira (130,55) e Maia (110,64).

Além dos territórios metropolitanos, as capitais de distrito revelavam um poder de compra per capita superior à média nacional – Faro (130,57), Coimbra (126,28), Aveiro (121,75), Évora (117,78), Braga (108,78), Beja (105,28), Leiria (103,21), Portalegre (101,83) e Santarém (100,41) –, destacando-se também o Funchal (115,71) na Região Autónoma da Madeira e Ponta Delgada (107,96) na Região Autónoma dos Açores. Evidenciavam-se, ainda, os municípios de Sines (127,63), no Alentejo Litoral, de Albufeira (114,05), Loulé (109,34) e Portimão (105,61) no Algarve e Castro Verde (105,45) no Baixo Alentejo.

No conjunto do território nacional, 139 municípios (45% do total de municípios) apresentavam valores de IpC inferiores a 75. Dos 10 municípios com menor poder de compra per capita manifestado, seis pertenciam ao Interior da região Norte, três à Região Autónoma da Madeira e um à região Centro.

Figura 1. Indicador per Capita do poder de compra por município, 2019

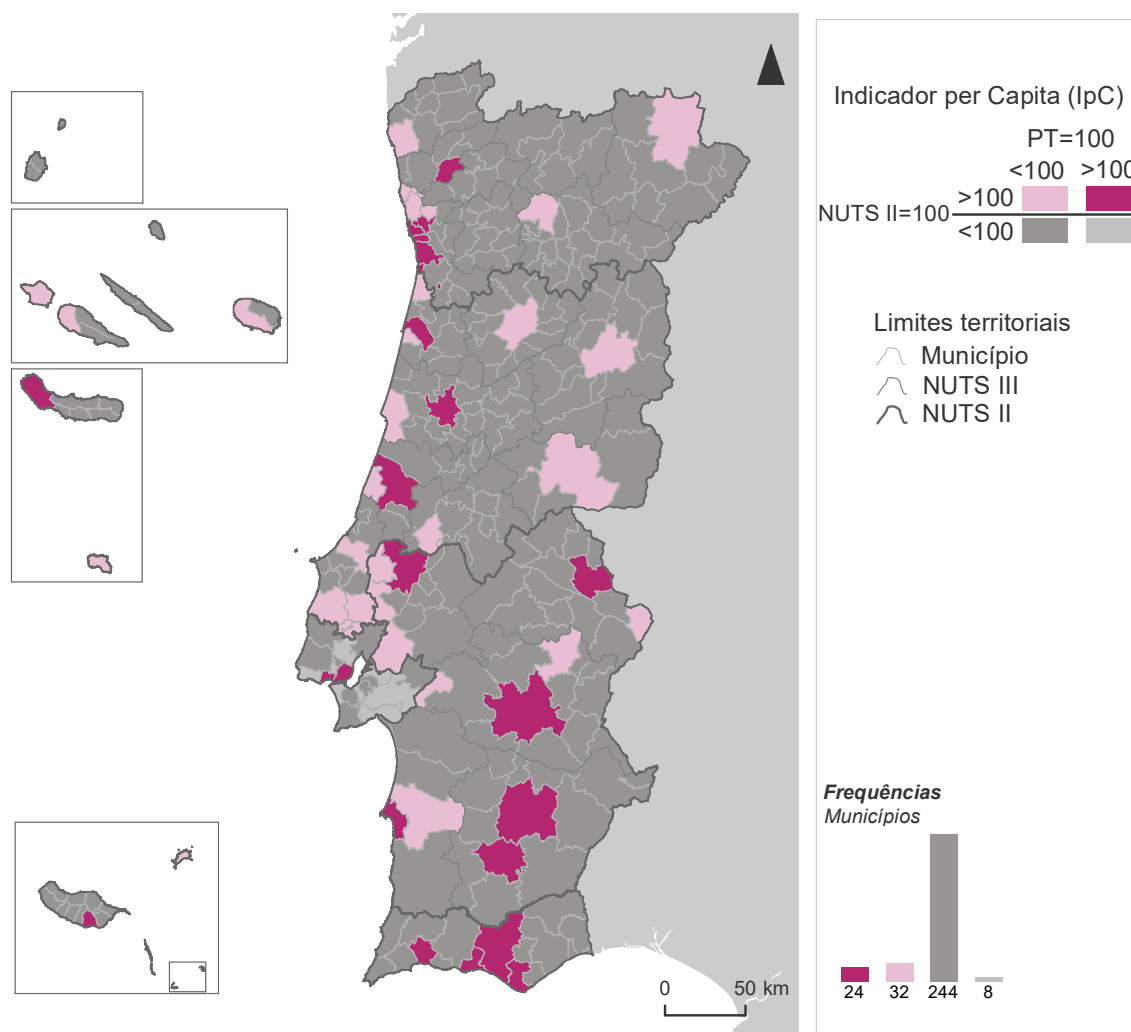


A análise do IpC por município tendo por referência, em simultâneo, os contextos nacional e regional possibilita avaliar o grau de coesão intrarregional e identificar os municípios que se destacam nesses contextos [Figura 2].

Nesta perspetiva, os 308 municípios nacionais distribuíam-se da seguinte forma em 2019:

- 24 municípios apresentavam um IpC, simultaneamente, acima do poder de compra *per capita* médio nacional e regional - sobretudo municípios das duas áreas metropolitanas (Lisboa, Porto, Oeiras, Matosinhos, São João da Madeira, Maia, Espinho e Vila Nova de Gaia) ou cidades de média dimensão, destacando-se as coincidentes com capitais de distrito (Faro, Coimbra, Aveiro, Évora, Braga, Beja, Leiria, Portalegre e Santarém), o Funchal, na Região Autónoma da Madeira, e Ponta Delgada, na Região Autónoma dos Açores;
- em 32 municípios o poder de compra per capita manifestado em 2019 ficava aquém da média nacional, mas acima da média regional - maioritariamente a municípios da faixa Litoral continental, sobretudo da região Centro (14 municípios de um total de 100), mas também das regiões Alentejo (7 em 58), Norte (6 em 86), da Região Autónoma dos Açores (4 em 19) e da Região Autónoma da Madeira (1 em 11);
- cerca de 80% dos municípios do país (244 em 308) revelavam um poder de compra *per capita*, simultaneamente, aquém da média nacional e da respetiva média regional (NUTS II), – esta proporção variava entre 44%, na Área Metropolitana de Lisboa, e 85%, na região Norte;
- por último, identifica-se a situação específica de oito municípios da Área Metropolitana de Lisboa, que apresentavam um poder de compra per capita acima da média nacional, mas aquém do respetivo valor regional (121,77): Amadora, Barreiro, Palmela, Loures, Setúbal, Almada, Cascais e Alcochete.

Figura 2. Indicador per Capita por município no contexto das respetivas regiões NUTS II, 2019



Percentagem de Poder de Compra

A Percentagem de Poder de Compra (PPC) é um indicador derivado do Indicador per Capita (IpC) para avaliar o grau de concentração do poder de compra nos diferentes territórios, tendo em consideração que as áreas de maior ou menor poder de compra no território nacional dependem, não só da distribuição do poder de compra *per capita* pelo país, mas também da distribuição espacial da população residente.

A estrutura regional da PPC em 2019 revelava que as regiões NUTS II Área Metropolitana de Lisboa e Norte concentravam dois terços (66,1%) do poder de compra manifestado regularmente no país [Figura 3]. Para este resultado, contribuíam de forma mais decisiva a própria Área Metropolitana de Lisboa (34%), simultaneamente região NUTS de nível 2 e 3, e a Área Metropolitana do Porto (18%). No conjunto, os dois territórios metropolitanos representavam mais de metade (51,5%) do poder de compra manifestado no território nacional. Contudo, os dois territórios metropolitanos reuniam, em 2019, 44,6% da população do país (27,8% na Área Metropolitana de Lisboa e 16,8% na Área Metropolitana do Porto).

Por outro lado, as sub-regiões que concentravam menos poder de compra localizavam-se no Interior das regiões Norte e Centro: por ordem crescente, Alto Tâmega, Beira Baixa e Terras de Trás-os-Montes. Além destas sub-regiões, também o Alentejo Litoral, o Alto Alentejo e o Baixo Alentejo contribuíam, individualmente, com menos de 1% para o poder de compra nacional.

Ao nível municipal, Lisboa destacava-se ao representar 10% do poder de compra total. Em 2019, apenas mais 22 municípios concentravam individualmente mais de 1% do poder de compra nacional. Este conjunto correspondia a municípios das áreas metropolitanas de Lisboa (Sintra, que era o segundo município a concentrar mais poder compra, com 3,6%, e ainda Oeiras, Cascais, Loures, Almada, Amadora, Seixal, Odivelas, Vila Franca de Xira e Setúbal) e do Porto (Porto, Vila Nova de Gaia, Matosinhos, Maia, Gondomar e Santa Maria da Feira), bem como de municípios capitais de distrito (Braga, Coimbra, Leiria) e o Funchal na Região Autónoma da Madeira. Os municípios de Guimarães e de Vila Nova de Famalicão (ambos na sub-região do Ave) também faziam parte deste conjunto.

Figura 3. Percentagem de Poder de Compra por município, 2019

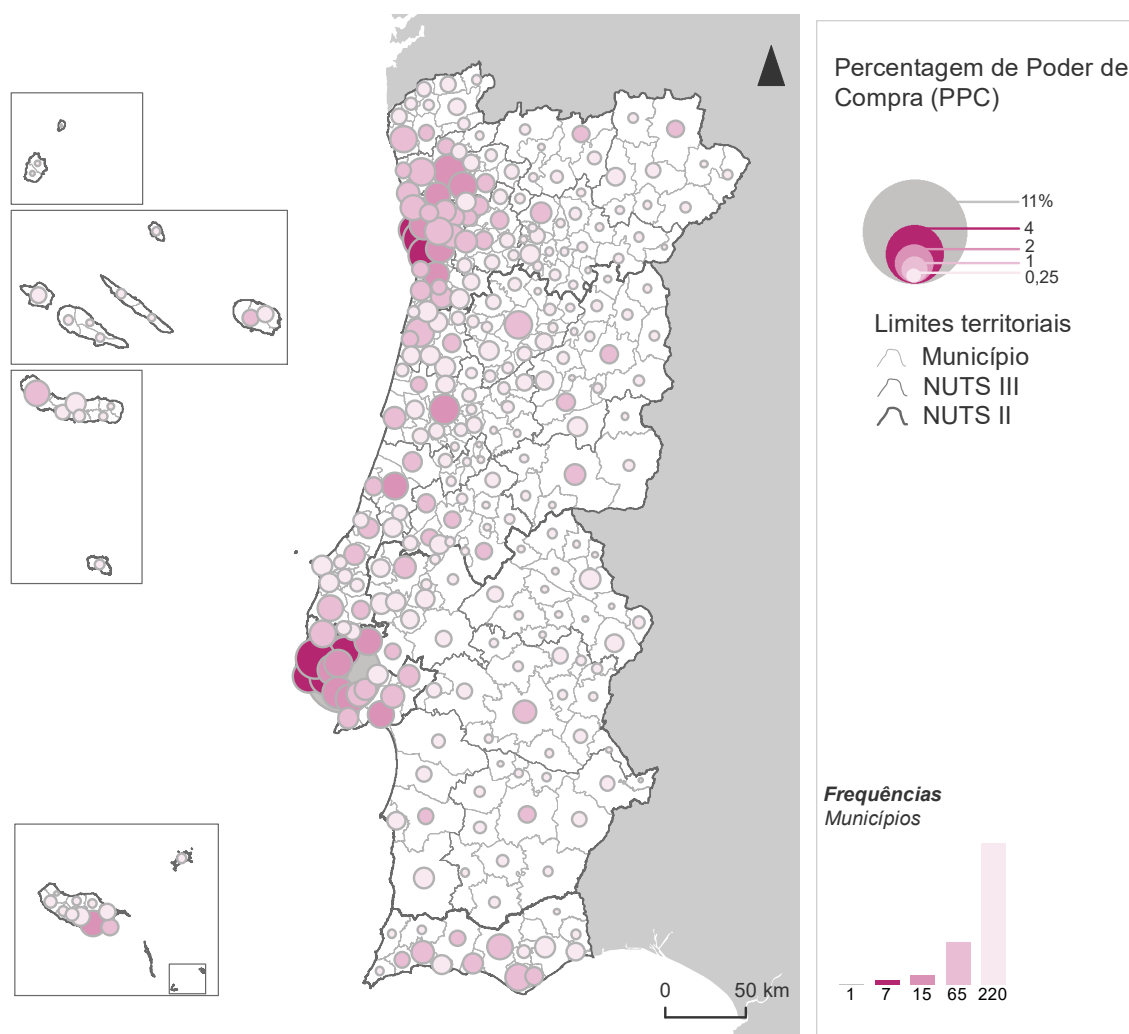
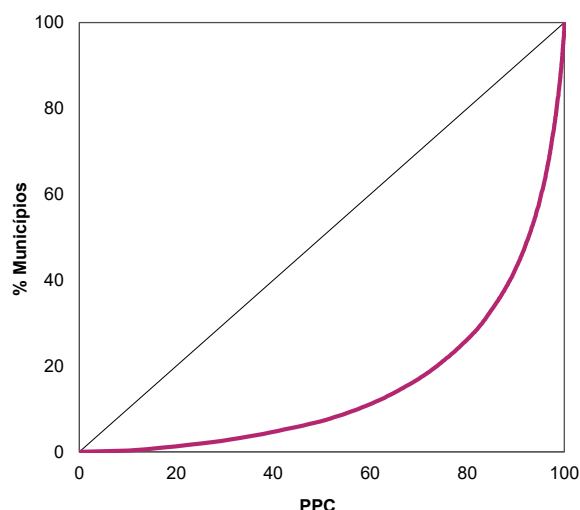


Figura 4. Concentração da Percentagem de Poder de Compra nos municípios, 2019

A análise da concentração do poder de compra nos 308 municípios portugueses [Figura 4] – permite constatar que, em 2019, cerca de 7% (22) e 21% (64) dos municípios concentravam, respetivamente, 50% e 75% do poder de compra nacional. Estes resultados suportam a leitura de que o poder de compra se encontra associado à dimensão urbana dos municípios e, portanto, territorialmente muito concentrado.

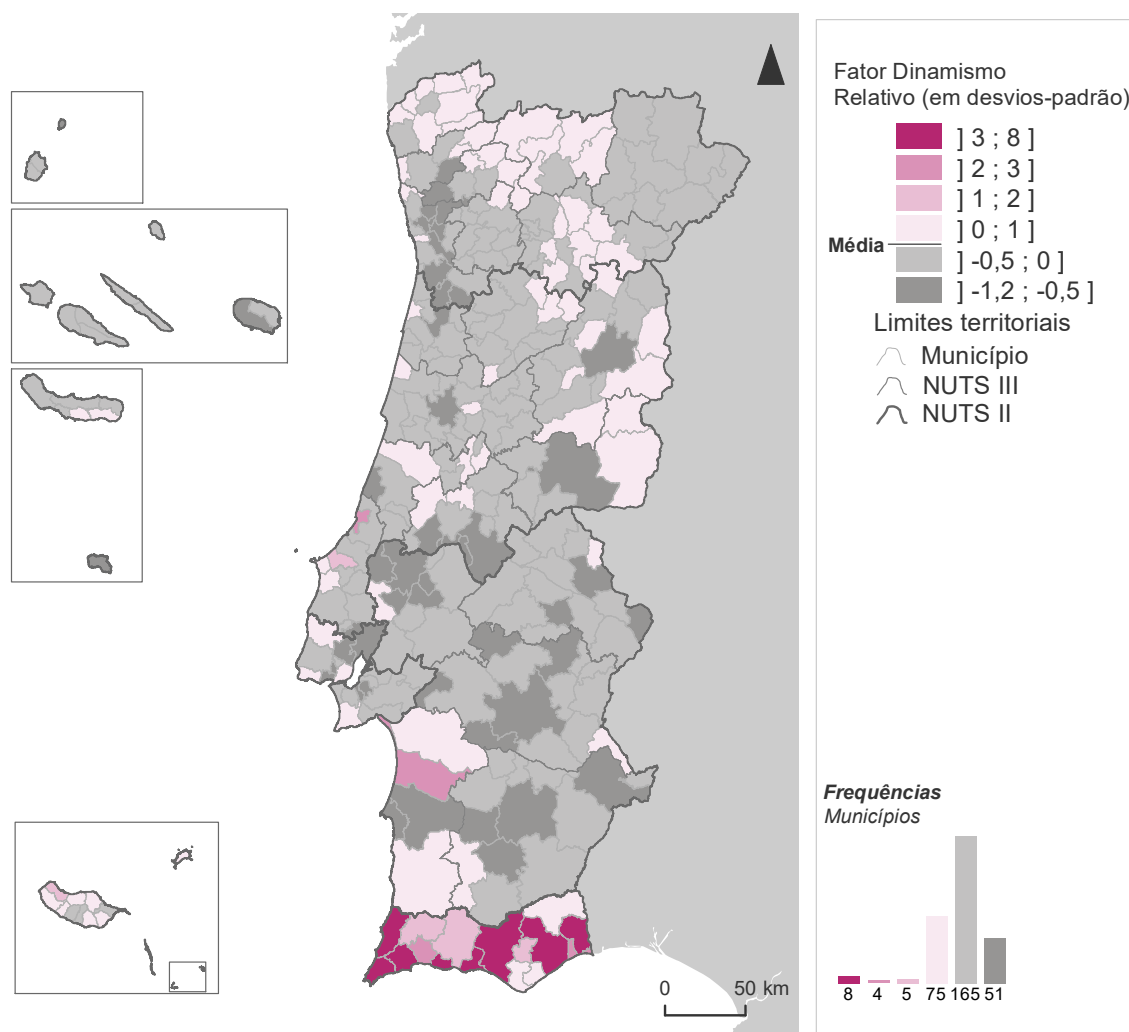


Fator Dinamismo Relativo

O Fator Dinamismo Relativo (FDR) pretende refletir o poder de compra de manifestação irregular, geralmente sazonal, e que está relacionado com os fluxos populacionais induzidos pela atividade turística, traduzindo a dinâmica que persiste na informação original para além da refletida no primeiro fator extraído da análise fatorial – o poder de compra *per capita* manifestado nos territórios.

Nesta perspetiva, salienta-se a região Algarve no contexto deste indicador [Figura 5]. De facto, em 2019, dos 17 municípios com um FDR superior a 1 desvio-padrão da distribuição, 13 municípios situavam-se naquela região: Vila do Bispo, Albufeira, Lagos, Loulé, Aljezur, Lagoa, Tavira, Castro Marim, Portimão, Vila Real de Santo António, Silves, Monchique e São Brás de Alportel. De entre estes municípios, Vila do Bispo, Albufeira e Lagos destacavam-se com um FDR superior a 6 desvios-padrão. Os municípios de Grândola (2,692), no Alentejo Litoral, da Nazaré (2,048) e de Óbidos (1,920), ambos na sub-região Oeste, e de Porto Moniz (1,261), na Região Autónoma da Madeira, completavam o conjunto dos 17 municípios que apresentavam um FDR superior a 1 em 2019.

Figura 5. Fator Dinamismo Relativo por município, 2019



No outro extremo, encontrava-se um grupo de 51 municípios com FDR em 2019 inferior a -0,5. Deste grupo faziam parte alguns grandes centros urbanos, incluindo municípios das áreas metropolitanas de Lisboa (Oeiras e Vila Franca de Xira) e do Porto (São João da Madeira e Valongo), algumas capitais de distrito, como Beja, Portalegre e Coimbra, e ainda municípios do Alentejo (Campo Maior, Castro Verde e Vendas Novas), do Médio Tejo (Entroncamento) e da Região Autónoma dos Açores (Corvo). Este último conjunto de 12 municípios apresentava valores inferiores a -0,7.

Importa sublinhar a existência de municípios com valores simultaneamente elevados de IpC e FDR em 2019. Nesta perspetiva, merecem destaque os municípios do Algarve, sobretudo Albufeira, Faro, Loulé e Portimão, e também Lisboa, Cascais e Porto. Estes sete municípios estão nos primeiros 10% das distribuições do IpC e do FDR, simultaneamente.

Nota técnica

O Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio (EPCC) é um estudo estatístico, de periodicidade bienal e cujo âmbito geográfico é o país. A unidade estatística observada é o município, a recolha dos dados é indireta e as variáveis que integram o EPCC provêm de procedimentos administrativos e de operações estatísticas desenvolvidas no contexto do Sistema Estatístico Nacional.

Nesta edição, foram consideradas 16 variáveis maioritariamente reportadas ao ano de 2019, relativizadas pela população residente estimada pelo INE para 31 de dezembro de 2019 (série de Estimativas Provisórias Anuais de População Residente, iniciada em 2011 que incorpora os resultados definitivos dos Censos 2011):

- [Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares \(IRS\) liquidado, segundo o município de residência do contribuinte, per capita, 2019](#) (Fonte: INE, Estatísticas do Rendimento ao nível local com base na informação produzida pelo Ministério das Finanças - Autoridade Tributária e Aduaneira)
- [Rendimento bruto declarado para efeitos de IRS, segundo o município de residência do contribuinte, per capita, 2019](#) (Fonte: INE, Estatísticas do Rendimento ao nível local com base na informação produzida pelo Ministério das Finanças - Autoridade Tributária e Aduaneira)
- [Valor das compras nacionais através de terminais de pagamento automático, segundo a localização do terminal de pagamento automático, per capita, 2019](#) (Fonte: Sociedade Interbancária de Serviços, Estatísticas das instituições de crédito e sociedades financeiras)¹
- Valor das operações de pagamentos (serviços e serviços especiais) em caixas automáticos Multibanco, segundo a localização do caixa automático, per capita, 2019 (Fonte: Sociedade Interbancária de Serviços, Estatísticas das instituições de crédito e sociedades financeiras)
- [Valor dos levantamentos nacionais em caixas automáticos Multibanco, segundo a localização do caixa automático, per capita, 2019](#) (Fonte: Sociedade Interbancária de Serviços, Estatísticas das instituições de crédito e sociedades financeiras)¹
- [Crédito concedido a clientes para habitação, per capita, 2019](#) (Fonte: INE, Estatísticas das instituições de crédito e sociedades financeiras)
- Ganho mensal dos trabalhadores por conta de outrem a tempo completo com remuneração completa, por município do estabelecimento, per capita, 2019 (Fonte: Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Quadros de Pessoal; obtido a partir da informação dos seguintes indicadores: [Ganho médio mensal](#) e [População empregada por conta de outrem](#))
- [População residente em lugares com 5000 ou mais habitantes em proporção da população residente total, 2011](#) (Fonte: INE, Censos 2011)
- Número de veículos ligeiros de passageiros vendidos, segundo o local de residência dos proprietários, per capita, 2019 (Fonte: Associação do Comércio Automóvel de Portugal e Instituto dos Registos e do Notariado, I. P.; indicador disponível nos [Anuários Estatísticos Regionais](#) – Subcapítulo Transportes, Quadro III.9.2 - Veículos automóveis novos vendidos e registados por município)
- [Volume de negócios das empresas da divisão 47 da CAE-Rev.3 \(Comércio a retalho, exceto de veículos automóveis e motociclos\), com exceção do grupo 473 \(Comércio a retalho de combustível para veículos a motor, em estabelecimentos especializados\), com atividade, segundo o município do estabelecimento, per capita, 2019](#) (Fonte: INE, Sistema de Contas Integradas das Empresas)
- [Valor dos levantamentos internacionais em caixas automáticos Multibanco, segundo a localização do caixa automático, per capita, 2019](#) (Fonte: Sociedade Interbancária de Serviços, Estatísticas das instituições de crédito e sociedades financeiras)
- [Valor das compras internacionais através de terminais de pagamento automático, segundo a localização do terminal de pagamento automático, per capita, 2019](#) (Fonte: Sociedade Interbancária de Serviços, Estatísticas das instituições de crédito e sociedades financeiras)
- [Imposto Municipal Sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis \(IMT\), segundo o município de localização do imóvel, per capita, 2019](#) (Fonte: Direção-Geral das Autarquias Locais)
- [Valor dos contratos de compra e venda de prédios urbanos, segundo a localização do imóvel, per capita, 2019](#) (Fonte: Direção-Geral da Política de Justiça, Operações sobre imóveis)
- [Imposto Municipal sobre Imóveis \(IMI\), segundo o município de localização do imóvel, per capita, 2019](#) (Fonte: Direção-Geral das Autarquias Locais)
- [Volume de negócios das empresas da divisão 56 da CAE-Rev.3 \(Restauração\), com atividade, segundo o município do estabelecimento, per capita, 2019](#) (Fonte: INE, Sistema de Contas Integradas das Empresas)

¹ Para o cálculo desta variável, por motivos de sazonalidade, considerou-se os movimentos anuais a partir da agregação dos dados mensais, tendo-se imputado aos meses de junho a setembro o valor médio dos 12 meses (média dos valores reais registados entre janeiro e dezembro).

Com base neste conjunto de 16 variáveis e por recurso a um modelo de análise fatorial em componentes principais, o EPCC disponibiliza três indicadores:

- O **Indicador per Capita (IpC)** do poder de compra, que decorre do fator com maior poder explicativo extraído da análise fatorial que explica, após rotação, 45,61% da variância total das variáveis originais. Nesta edição, recorreu-se ao coeficiente de variação do *Rendimento bruto declarado para efeitos de IRS per capita* para a construção final deste indicador, que é apresentado tendo por referência o valor nacional (Portugal = 100).

[Poder de compra per capita por Localização geográfica \(NUTS - 2013\); Bienal](#)

- A **Percentagem de Poder de Compra (PPC)**, que é um indicador derivado do primeiro fator com maior poder explicativo extraído da análise fatorial – o IpC – e reflete o peso do poder de compra manifestado regularmente em cada município ou região no total do país (para o qual a PPC assume o valor de 100%). Com este indicador, pretende-se avaliar a concentração do poder de compra nos diferentes territórios, tendo em consideração que as áreas de maior ou menor poder de compra no território nacional dependem, não só da distribuição do poder de compra *per capita* pelo país, mas também da distribuição espacial da população residente. Em síntese, o indicador PPC não resulta diretamente da análise fatorial, mas é derivado do IpC e do peso demográfico de cada unidade territorial no todo nacional.

[Proporção de poder de compra \(% - no total do País\) por Localização geográfica \(NUTS - 2013\); Bienal](#)

- O **Fator Dinamismo Relativo (FDR)**, que corresponde ao segundo fator com maior poder explicativo extraído da análise fatorial, explicando, após rotação, 26,85% da variância total das variáveis originais. O objetivo da construção do FDR consiste em isentar o indicador principal, o IpC, do efeito do poder de compra manifestado irregularmente (essencialmente, pelos turistas), pelo que os dois fatores devem captar influências distintas entre si. Importa, neste sentido, sublinhar que um valor baixo de FDR em determinada unidade territorial não significa que a atividade turística seja pouco relevante neste território, mas apenas que fica esbatida face ao elevado poder de compra aí manifestado. O FDR é apresentado como variável estandardizada (com média nula e desvio-padrão igual a 1), adotando-se como unidade de medida o desvio-padrão da respetiva distribuição municipal.

[Factor dinamismo relativo de poder de compra por Localização geográfica \(NUTS - 2013\); Bienal](#)

Os indicadores são apurados ao nível municipal, sendo agregados para NUTS I, II e III, bem como para o país, pela ponderação dos pesos demográficos dos municípios nos diferentes espaços considerados. A presente edição do EPCC utiliza a Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos (NUTS 2013) estabelecida pelo Regulamento Europeu n.º 868/2014.

As opções metodológicas subjacentes à conceção e operacionalização do EPCC encontram-se descritas no documento metodológico *Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio*, código 335 / versão 1.6, INE (disponível em smi.ine.pt, na opção Documentação metodológica). A necessidade de revisão deste documento metodológico face à versão 1.5 resulta de alterações ocorridas ao nível da informação de base e da alteração dos coeficientes, determinados endogenamente pelo modelo, que permitem definir os fatores como combinações lineares das variáveis originais.